

Um Novo Modo de Ser IECLB?

Ensaio de Eclesiologia Contemporânea

Gottfried Brakemeier

Introdução

Não é de hoje o anseio por uma nova maneira de ser Igreja de Jesus Cristo na América Latina. Ele acompanhou a trajetória da teologia da libertação, do movimento evangélico, da discussão ecumênica dos últimos anos e vem preocupando as instituições eclesiais. Também na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) são fortes os seus reflexos. A reavaliação dos ministérios, a revisão da estrutura administrativa, o surgimento de “pastorais”, bem como o esforço por reconquista de vigor missionário são sintomas disso. Atesta-o, em definitivo, a escolha do tema para o biênio 1995/96. A formulação “Somos Igreja. Que Igreja somos?” pretende deflagrar um processo auto-avaliativo e incentivar o teste de novos modelos de atuação. A Igreja deve mudar. O reclamo vem crescendo na IECLB e ganhando em intensidade.

As razões são complexas. Residem nas dramáticas transformações da sociedade brasileira e em fenômenos típicos da modernidade. Além disso, há outros fatores a considerar, tais como a popularização da leitura bíblica ou, então, a notória estagnação das igrejas históricas sob concomitante explosão de uma religiosidade quase que “selvagem”. Voltaremos a este assunto. De qualquer maneira, é inquestionável a necessidade de adequar a Igreja e de equipá-la para enfrentar novos e gigantescos desafios. Requer prioridade na agenda da teologia.

O objeto de nossa investigação é a IECLB. Entretanto, o interesse primário se dirige não à sua macroestrutura, e sim à sua menor “unidade orgânica”, que é a comunidade, ou seja a “Igreja local”. Aliás, temos em vista a comunidade organizada em paróquia. Perguntamos pelas suas estruturas. E estas, no caso da IECLB, são de natureza paroquial. Sob outra perspectiva, a distinção entre paróquia e comunidade faz bom sentido e é mesmo indispensável. Mas quando se discute o modelo estrutural da comunidade na IECLB, não há como de fato separar. Comunidade e paróquia se confundem.

Desde as suas origens, a IECLB tem sido uma Igreja de comunidades. Sem esta base, a superestrutura não tem como existir. A saúde da IECLB está diretamente condicionada à saúde de suas comunidades. É inútil, por exemplo, reorganizar os ministérios sem um claro perfil da comunidade a que estes se propõem a servir. A IECLB, por força de sua autocompreensão, deve zelar pela

contínua reconstituição de suas bases. Portanto, como estão as comunidades da IECLB e qual é o modelo a ser seguido?

Propostas respectivas existem. Manifestam-se em grande número de iniciativas e experiências-piloto em níveis paroquial, distrital e regional. Na medida do possível, vamos acolhê-las. A IECLB de modo algum é Igreja parada no tempo. Ainda assim, o quadro é ambíguo. Enquanto há exemplos de alvissareiro avanço e dinamicidade, há outros de flagrante retrocesso e crise. Faltam pesquisas sobre as causas desse paradoxo. É certo que não só fatores externos como a migração devem ser responsabilizados. A proposta de trabalho exerce papel fundamental. Portanto, este estudo não inicia na estaca zero. Entra numa reflexão em andamento, querendo analisar tendências e sintetizar sugestões. Isto, a partir da concepção do “ministério compartilhado”. Perguntamos: qual é o modelo de comunidade que lhe corresponde? Ou melhor: qual é a visão de comunidade da qual nasceu a proposta do ministério compartilhado? Temos plena consciência de não estarmos de posse de fórmulas mágicas. Renovação eclesial é um processo cujo agente é o próprio Deus. Ainda assim, esperamos que estudos como estes poderão ajudar na caminhada.

I — A Comunidade Tradicional

Os imigrantes alemães que chegaram ao Brasil no século XIX, e aos quais remontam os inícios da IECLB, viram-se coagidos a organizar a sua vida social praticamente a partir do nada. Criaram não só escolas, centros de recreação e cultura, entidades encarregadas da saúde, como também, desde que fossem de confissão protestante, comunidades evangélicas. O modelo orientador era o da livre associação. Elaborava-se um estatuto, determinavam-se as condições de filiação, incluindo uma cota de contribuição, elegia-se uma diretoria e tratava-se de empregar um pastor. A comunidade evangélica pouco se distinguia de uma “sociedade cultural” ou de um “clube” de prestação de serviços religiosos, sendo que os mais importantes deles eram, além dos cultos dominicais, os ofícios. Tratava-se de entidades altamente fechadas, não por último em razão do aspecto da etnia, fortemente determinante nos primeiros tempos. Os “sócios” possuíam direitos e deveres iguais, sendo a assembléia geral a instância decisória suprema. As comunidades assim constituídas vigiavam por manter sua independência. A sujeição a uma autoridade eclesiástica superior lhes era suspeita. A posterior constituição dos sínodos iria enfrentar sérias dificuldades por esse motivo.

A mentalidade característica dessas origens marca forte presença entre os membros da IECLB até hoje. Inibe a ação missionária. Mas, antes de criticar, é preciso reconhecer e prestigiar os aspectos positivos:

1. O modelo, ao longo da história, tem comprovado sua viabilidade. As comunidades se mostraram eficientes na criação de serviços e instituições, garantindo à vida religiosa a necessária estabilidade e o suporte financeiro. A despeito

das resistências, possibilitaram o surgimento lento e gradativo da estrutura abrangente da IECLB. Ainda hoje, esta se apóia na estrutura paroquial de suas bases, que lhe fornece os recursos de seu funcionamento.

2. O modelo tem preservado e fomentado a consciência evangélica. Sob a palavra de Deus, a “sociedade religiosa” sempre de novo se transformou em autêntica “comunhão dos santos”. Foram decisivos, na maturação espiritual das comunidades, os impulsos trazidos de fora e os empurrões dados por pessoas notáveis como o foram, entre outros, os pastores Dr. W. Rotermund e Dr. H. Dohms. Fizeram crescer, nas comunidades, a reflexão teológica própria no contexto brasileiro e a definição confessional. As estruturas do passado não deixaram de servir de vasos de barro para o tesouro do evangelho.

3. O modelo tem favorecido a participação responsável dos membros nos assuntos da Igreja. A IECLB está constituída “de baixo para cima”. Ela é democrática em seu esquema administrativo, orientada em e por suas bases. É impossível o “clero” tomar demasiada distância da comunidade. Iria cortar o galho de sua sustentação. Com alguma razão, pois, pode-se dizer que a IECLB é uma Igreja “popular”, embora o povo que a compõe possua peculiaridades muito próprias.

Poderiam ser apontadas ainda outras vantagens do modelo tradicional da comunidade da IECLB. Não pretendemos ser exaustivos. Devem ocupar-nos, agora, as óbvias limitações do modelo que, nos dias atuais, se fazem sentir com redobrada veemência. A forma de comunidade que desempenhou importante papel no passado está entrando em crise. Uma série de indícios o comprova:

1. As comunidades da IECLB não estão preparadas para enfrentar o problema social. Elas foram concebidas para uma sociedade sem desníveis sociais, homogênea como aquela que prevalecia ainda há 40 anos na assim chamada “colônia alemã”. Como, porém, ser comunidade evangélica quando se acumula a riqueza de um lado e cresce a pobreza de outro? As dificuldades na introdução da “contribuição proporcional” bem ilustram o referido despreparo. O membro pobre não é previsto, como na verdade também não o é o rico. Permanece-se preso à ilusão da sociedade igualitária de classe média, sendo excluído, por conseguinte, quem não se enquadra nessa categoria, principalmente o empobrecido. Como atuar numa sociedade polarizada? Como evitar que a comunidade evangélica se reduza a uma das muitas variantes de agrupamentos classistas? O processo de empobrecimento e de concentração de riqueza no País desafia a comunidade tradicional e significa uma séria interrogante eclesiológica.

2. As comunidades da IECLB sofrem os ruinosos efeitos da migração que espalha seus membros na vastidão do território nacional. Transporta-os para o anonimato das periferias urbanas ou para a solidão das novas frentes agrícolas, agravando-lhes, em ambos os casos, a situação de minorias religiosas. Acontece que o modelo tradicional é um modelo “sedentário”, para uma comunidade arraigada, fixa num lugar, não para uma comunidade em movimento. Pressupõe que os membros se conhecem uns aos outros em seu mundo claramente confi-

nado. A IECLB ainda não achou o jeito de ser Igreja na mobilidade característica da sociedade brasileira atual. Cultos mal frequentados, comunidades minúsculas e deficitárias em áreas onde a IECLB até há pouco não estava presente, sensível perda de membros neste fluxo migratório, além de outros sinais, acusam o problema. A comunidade tradicional foi feita para a “aldeia”. Mas ela fracassa nos grandes centros urbanos e na dispersão do interior.

3. As comunidades da IECLB estão ameaçadas pela “revolução de valores” típica da modernidade. Uma avalanche de propostas morais, religiosas, políticas se joga sobre as pessoas em busca de adesão. Os meios de comunicação e de transporte não mais permitem manter o diferente à distância. A sociedade de hoje é multicultural e pluralista. Relativiza a tradição, cria o livre mercado também na religião e exige, como defesa contra a manipulação, alto grau de discernimento ou de imunidade. Convicções religiosas são privatizadas e deixadas a critério de cada qual. Que significa este mundo plural para as comunidades da IECLB, acostumadas a apostar na força da tradição? Alicerçavam-se na uniformidade cultural de seus membros e num sistema de valores supostamente inquestionáveis. A meta era o atendimento de seus membros, não a missão no mundo religioso brasileiro. Porventura a oferta da IECLB será suficientemente abrangente e substancial para atingir as pessoas em suas necessidades? Certo é que muitos membros, predominantemente jovens, emigram da IECLB. Desaparecem dos fichários das comunidades, em silencioso protesto contra um discurso demasiadamente padronizado, vazio, repetitivo. O desafio da pluralidade e modernidade, pelo que parece, está recém começando a ser percebido na IECLB. Somente uma comunidade missionária estará apta a enfrentá-lo devidamente.

A lista das ameaças à comunidade tradicional é longa. Apontamos ainda para o mundo do trabalho, do lazer, da família. Cada uma dessas áreas necessitaria de abordagem específica para evidenciar os graves efeitos produzidos pelas mudanças da atualidade. As observações acima bastam para confirmar e identificar a crise da comunidade a que nos reportamos.

O reexame do modelo da comunidade na IECLB, pois, tornou-se imperioso. Na provisoriedade, peculiar de tudo o que é humano, importa planejar a comunidade evangélica de amanhã, a fim de que, de imediato, possam ser tomadas as devidas providências. Quais são as projeções eclesiológicas capazes de auxiliar na caminhada?

II — Iniciativas Renovadoras

Difícilmente vamos errar ao afirmar que o que existe na América Latina e particularmente no Brasil são movimentos renovadores, não projetos eclesiológicos alternativos. A gestação teológica, tão intensa no continente, não tem gerado estruturas eclesiológicas realmente novas. Vejamos alguns dos mais instrutivos exemplos.

1. O paradigma eclesiológico da teologia da libertação é a comunidade eclesial de base. Pretendia, originalmente, revolucionar a Igreja. Opunha a uma “Igreja de cúpula” a “Igreja popular”; à Igreja de cima, a Igreja de baixo; à Igreja da elite, a Igreja dos pobres. Entrementes, o resultado está claro: a Igreja hierárquica incorporou as comunidades eclesiais de base, não vice-versa. Estas são bem-vindas na Igreja como um segmento entre outros. Mas já não representam o incômodo questionamento à instituição como antes.

As razões devem ser detectadas prioritariamente no enorme poder da estrutura episcopal da Igreja Católica Romana, que mais esta vez se impôs. Entretanto, há perguntas críticas a dirigir também à própria concepção da comunidade eclesial de base. Possui traços que dificultam seja apreendida como embrião de uma nova Igreja. É-lhe peculiar, por exemplo, considerável grau de exclusivismo. Isto, sempre que a opção pelos pobres deixa de ser preferencial e se torna absoluta, deixando de resultar do amor e passando a ser uma questão de princípio e de fé. O fantasma da cisão, então, aparece no horizonte. Também nas comunidades da IECLB a idéia introduziu conflitos. O privilégio dos pobres tem sido interpretado e não raro articulado como agressão a quem não se enquadrava na categoria de povo oprimido. A padronização da comunidade eclesial de base traria em seu bojo a necessidade da recomposição da IECLB em novos e inseguros fundamentos.

Entendidas como movimento *na* Igreja, as comunidades eclesiais de base, sem dúvida, atestam o sopro do Espírito. Despertaram para a realidade da opressão; ensinam como unir à espiritualidade a ação política; sacodem estruturas petrificadas, fazendo vislumbrar o sacerdócio dos crentes. Mas elas não são o modelo estrutural de uma nova forma de ser Igreja e, conforme muitos de seus protagonistas, nem deve ser esta a sua intenção.

2. Algo análogo vale para a visão eclesiológica do movimento evangelical na IECLB. Para ele, comunidade se realiza essencialmente como “encontrão”. Não são os pequenos círculos fechados do pietismo tradicional que determinam a concepção de Igreja, e sim a concentração maior das pessoas comprometidas para a oração, a reflexão, a festa conjunta. Encontrão é expressão de evangelização e de comprometimento com ela. Entende-se declaradamente como movimento renovador vindo “de baixo”, do laicato, do sacerdócio, não de cima, do “clero”. A criação de um novo padrão estrutural de Igreja não faz parte de suas aspirações.

Sensibilidade para com as necessidades espirituais das pessoas, incluindo a atenção ao fenômeno carismático, bem como aguda percepção das distorções sociais no País, destacam o movimento. Aliás, de modo muito semelhante ao movimento da libertação, não se permite qualificá-lo como bloco uniforme. Caracteriza-o considerável variedade de expressões. A todas, porém, é comum a oposição à herança iluminista que penetrou, entre outras, também na teologia da libertação, e a insistência na decisão pessoal em favor da fé. Dependendo da ênfase dada ao ato da conversão, também este movimento pode apresentar

feições exclusivistas e entrar em rota de colisão com a comunidade tradicional da IECLB, provocando nela fortes conflitos.

A IECLB deve valiosos impulsos a este movimento, sobretudo no que diz respeito à vivência da fé e ao despertamento da liderança leiga. Mas também com ele permanecem perguntas a discutir, entre elas a concepção de comunidade enquanto instituição. Todo movimento necessita de estruturas que lhe garantam o espaço. Por isso, com boas razões, o “movimento encontrão” pretende ser decididamente IECLB. No entanto, qual é a IECLB a dar-lhe abrigo? Em que direção o movimento quer renovar a comunidade? Qual a imagem eclesiológica orientadora? Haverá espaço, no encontrão, para outras expressões da fé?

3. As Igrejas em maior expressão no Brasil são as igrejas pentecostais. O milagre de sua multiplicação atrai a atenção e faz indagar se não teremos aí um modelo de Igreja habilitada para enfrentar o mundo moderno. O fenômeno exige avaliação bem mais profunda do que as poucas observações no espaço deste ensaio permitem. Atrevemo-nos a dizer, não obstante, que também o modelo pentecostal pouco ajuda quando se trata de estruturar comunidade.

Faz parte da índole pentecostal a redução do aspecto institucional da Igreja ao mínimo possível. Espírito é vida, espontaneidade, movimentação — razão pela qual o pentecostalismo poderia ser qualificado como a absolutização da Igreja-movimento. Resulta daí pouca ou nenhuma burocracia, descompromisso com relação a tradições do passado, flexibilidade missionária. A religiosidade, fruto da animação do Espírito, é de natureza eminentemente emocional, correspondendo a uma profunda necessidade da pessoa afundada na realidade desumana das metrópoles.

Há muitos elementos instrutivos neste modelo eclesiológico, dignos de criteriosa avaliação. Pensamos, por exemplo, na agilidade capaz de reagir a novas situações. Entretanto, há um preço a pagar pelo proposital descaso que se faz em relação a estruturas. Por via de regra, o líder da comunidade ocupa o espaço dos regulamentos inexistentes. A comunidade pentecostal costuma estar fixada na figura do pastor. É fortemente personalista, do que decorre a nítida tendência à instabilidade e ao fracionamento numa infinidade de grupos independentes.

Portanto, este modelo possui graves inconvenientes. A proposta está próxima do que poderíamos chamar de episcopalismo carismático. Ela periga diminuir a responsabilidade da comunidade e institucionalizar a rivalidade no campo religioso. A ênfase unilateral na dimensão emocional do ser humano corre o sério risco de relegar a reflexão a um segundo plano e manter a comunidade na dependência da autoridade de sua liderança. Há muito a aprender do pentecostalismo. Mas a aprendizagem deve ser crítica, particularmente no que tange à eclesiologia.

4. Mais outro modelo renovador está sendo articulado em círculos ecumênicos. A concepção é vaga, mas manifestada com insistência. Declara-se encerrado o período denominacional da Igreja e chegado o momento de as igrejas se

fundirem numa só. Exige-se-lhes o sacrifício de suas particularidades confessionais em prol de uma base estritamente bíblica. Os conflitos dogmáticos do passado, importados da Europa e dos Estados Unidos, deveriam ser ignorados e substituídos pelo compromisso comum, inspirado na Bíblia, de construir o Reino.

A exigência da reintegração das igrejas num só corpo institucional, sob renúncia às suas especificidades confessionais, é compreensível como reação ao imobilismo ecumênico das instituições eclesiásticas. A esterilidade da polêmica sobre sofismas dogmáticos e a decepção com a permanência das grades divisórias entre os cristãos são as forças motoras desse clamor. Ainda assim, há que se perguntar se os pressupostos dogmáticos das igrejas permitem tamanho desprezo. A “teologia do Reino”, que seria o distintivo da nova “Igreja Ecumênica”, não deixa de ser, por sua vez, a variante de uma Igreja confessional, portanto de uma denominação. O ponto de partida na práxis não anula a importância fundamental da “doutrina”. Sem ela, a práxis perde a bússola. Ademais, o empenho transformador dessa pretendida Igreja transconfessional aproxima-a dos movimentos populares, nos quais declaradamente deve inserir-se. Mais esta vez, pois, as simpatias estão com a Igreja-movimento, sendo secundárias suas formas estruturais.

Parece-nos — e com isso encerramos a breve análise — ser esta uma tendência da atualidade: as instituições, incluindo as igrejas, se tornaram suspeitas. São sentidas como autoritárias, cerceadoras da liberdade e da criatividade. São toleradas como mal necessário, quando muito. Os movimentos estão com o vento em popa, enquanto o interesse pelas instituições eclesiásticas agoniza. Há numerosas visões eclesiológicas renovadoras, mas pouca reflexão sobre estruturas que prometam a necessária viabilidade e funcionalidade. A vanguarda teológica não tem proposta estrutural. Tem sonhos, mas não projetos.

Isso é perigoso. Pois estruturas não são uma questão opcional nem meramente formal. O edifício estrutural da Igreja expressa o abraçar de uma causa. Esta compromete todos seus membros, e não deixa de fazê-lo nem mesmo quando estes a traem ou fracassam. Com algumas ressalvas, poder-se-ia dizer que não são os membros que constituem a Igreja, e sim que a Igreja constitui seus membros. De qualquer maneira, instituição é sinônimo de estabilidade. Une os movimentos e ampara o espaço da vida. Movimentos perigam dissipar-se, colidir uns com os outros, isolar-se. Instituições existem para garantir comunhão na diversidade, parceria nas diferenças, proteção contra a introversão e o exclusivismo dos movimentos. Estruturas são comparáveis às regras que regulam as funções dos membros num corpo. Sem tais regras o corpo adocece. O arbítrio dos membros destruiria a comunhão de serviço e, a médio ou longo prazo, privaria os próprios membros de sua subsistência. Instituição tem estreita relação com “comunhão”. É relativamente fácil superar conflitos dentro dessa comunhão, enquanto é extremamente difícil reverter rupturas institucionais.

Novamente se coloca, pois, a necessidade de refletir sobre a relação entre as dimensões espiritual e institucional da Igreja — uma pergunta tão antiga como a própria comunidade de Jesus Cristo. Frequentemente, estabelecem-se antago-

nismos entre o eclesial e o eclesiástico, entre as estruturas e a vida, entre os movimentos e a instituição. Revela-se, assim, um grave déficit de reflexão teológica. Por acaso o Espírito nada tem a ver com estruturas, ordens e regulamentos? A tradição luterana não permite atribuir natureza divina ao direito eclesiástico. Estruturas não têm a qualidade de um *ius divinum*. Inversamente, porém, também é proibido endiabrá-las como estando sempre em oposição ao Espírito. Como, então, coordenar devidamente a ordem e a espontaneidade, as estruturas e o Espírito Santo? Qual é a função teológica do aspecto institucional da Igreja? É matéria a ser urgentemente reavaliada.

Na ausência de novas propostas estruturais, continuam em vigor as antigas, destoando do anseio por mudança. Faz-se teologia progressista em estruturas conservadoras. Seria ilusório pressupor que os movimentos, por força inerente, seriam capazes de conceber um novo modelo de comunidade. Pelo contrário, rompem as estruturas tradicionais, mas costuma faltar-lhes a visão da Igreja maior. Em todos os casos, a forma institucional da comunidade e Igreja merece constar como assunto próprio na agenda dos cristãos.

Onde, então, buscar a inspiração para mudanças? Os modelos tradicionais do episcopalismo de um lado e do congregacionalismo de outro pouca novidade prometem. O luteranismo jamais se situou sem reservas ao lado deste ou daquele. Igreja não se define nem a partir de cima, ou seja do episcopado, nem a partir de baixo, ou seja da congregação. Ela não é feita nem por hierarquia nem por democracia. Há restrições teológicas quanto a estes modelos que terão que nos preocupar no próximo capítulo. A elas, porém, se juntam ponderações de ordem prática: esses modelos têm sido realmente eficientes? A reserva de modelos convencionais parece estar esgotada. Como e com que recursos superar a crise da comunidade evangélica?

Em vista do exposto, seria absurdo pretender a abolição do modelo tradicional da comunidade e sua substituição por outro, indefinido ou vago. Na história humana, rupturas normalmente significam catástrofes. E, considerando não haver modelos alternativos recomendáveis, é temerário decretar a falência dos velhos sistemas. Cabe reconhecer, ainda, que a comunidade tradicional, em vários lugares, demonstra admirável vitalidade. Tem a capacidade para renovar-se. Resulta daí a exigência de unir às vantagens da comunidade tradicional as demandas de novas circunstâncias, resgatando-se, para tanto, as experiências bem-sucedidas nas próprias comunidades e as lições dadas por movimentos. As crises devem ser superadas sem afovação e nervosismo, em diálogo crítico com a tradição e em avaliação sóbria dos sinais dos tempos.

Antes de prosseguir, porém, importa verificar o auxílio oferecido pela confissão luterana nesse processo. Há parâmetros eclesiológicos a serem contemplados, com o objetivo de evitar a superficialidade e de não cair no mero pragmatismo.

III — Princípios Eclesiológicos Luteranos

Na impossibilidade de esboçar, neste espaço, algo semelhante a uma ecle-siologia luterana, restringimo-nos a levantar e responder três perguntas essenciais para o tema que nos interessa:

1. O que, afinal, constitui a comunidade de Jesus Cristo? A Confissão de Augsburg (Art. VII) o diz de modo muito claro: Igreja “é a congregação dos santos na qual o evangelho é pregado de maneira pura e os sacramentos são administrados corretamente.” Portanto, não são as boas obras de seus membros que são o distintivo da Igreja. Ela não é constituída por um compromisso humano, nem por uma utopia, um projeto, uma forma de piedade, demonstrações carismáticas ou atributos culturais, étnicos, raciais ou classistas. Igreja existe onde existe pregação correta do evangelho e administração responsável dos sacramentos. São estes os elementos constitutivos da Igreja. O resto é “secundário” e relativo. A Igreja é criatura do evangelho, como dizia Lutero. Compõe-se das ovelhas que ouvem a voz de seu Pastor (Art. de Esmalcalde).

A congregação dos santos, pois, é fruto da graça de Deus, bem como da fé das pessoas. Lutero sustenta que haverá necessariamente fé onde a palavra de Deus e os sacramentos forem devidamente oferecidos. Inversamente, estes não estarão ausentes onde a fé autêntica prevalecer. A primazia cabe, em todos os casos, à ação de Deus. Lutero se distancia da concepção católica romana, que prende a Igreja a uma determinada instituição. De igual maneira, se distancia dos entusiastas, que prendem a Igreja a determinadas manifestações dos crentes. Para Lutero, a Igreja se torna visível, com absoluta prioridade, na pregação da palavra de Deus e na celebração dos sacramentos, portanto em algo *extra nos*. A Igreja dos verdadeiramente crentes permanece em última instância oculta, embora deva evidenciar-se sempre de novo no culto da comunidade. A fé deve manifestar-se, sim; mas como algo decorrente daquilo que é a essência da Igreja e o seu real fundamento. “Toda a vida e substância da Igreja está na palavra de Deus” (Lutero).

A comunidade evangélica, portanto, há de manter viva a consciência dessa sua origem. Ela não vai desvalorizar a prática da fé. Sabe que o evangelho requer a resposta ativa do ser humano. No entanto, para identificar-se, não aponta em primeiro lugar para qualidades ou realizações suas, e sim para o que recebe e o que lhe é fonte de vida. Ouvir a palavra de Deus e transmiti-la, a estudar, discutir e refletir sobre ela, celebrar o evangelho: nisto consiste o principal credenciamento da comunidade evangélica. Estão impossibilitados, assim, todos os exclusivismos resultantes de supostos méritos, privilégios ou qualidades humanas. Igreja, na concepção luterana, é a concretização comunitária da justificação por graça e fé. Congrega “santos”, ou seja “pecadores/as agraciados/as”.

Qual é a estrutura condizente com essa compreensão? Conforme convicção luterana, como vimos, estruturas não fazem a Igreja. Não possuem caráter sagrado. Mas a Igreja precisa de ordens que lhe assegurem o bom funcionamento. A concepção católica romana, que consagra antes uma instituição do que o povo de

Deus, e a concepção entusiasta, que prestigia antes obras e compromissos humanos do que a graça de Deus, permanecem tentações fortes na Igreja. A comunidade evangélica vai ter que resistir a ambas, alertando para o exclusivismo que elas implicam e procurando determinar adequadamente a importância tanto das estruturas quanto do comprometimento de seus membros perante a misericórdia de Deus da qual vive.

2. Quem tem autoridade na comunidade? A instância suprema, evidentemente, é a palavra de Deus, à qual a Igreja permanece sujeita. Mas quem, além da Bíblia, há de manifestar essa autoridade? É peculiar da concepção luterana afirmar a simultânea autoridade da comunidade e do ministério.

Na raiz da autoridade da comunidade está o sacerdócio de todos os crentes. Lutero elimina a diferença entre clérigos e leigos. Toda pessoa cristã, através do Batismo, é elevada à posição de sacerdote. “Quem saiu do Batismo pode gloriarse de ter sido consagrado sacerdote, bispo e papa” (Lutero). Ele ou ela dispensa outros mediadores além de Cristo, e suas funções consistem em pregar, batizar e distribuir a Santa Ceia, em exercer o ofício das chaves, em interceder, ofertar e julgar doutrina. Todos os direitos e deveres dos sacerdotes são transferidos aos membros da comunidade. Com alguma razão, pois, pode-se concluir que, executando-se Jesus Cristo e a Sagrada Escritura, a mais alta autoridade na Igreja é a comunidade. Avalia toda doutrina e organiza a missão.

A mesma autoridade, porém, é atribuída ao ministério da pregação do evangelho e da administração dos sacramentos. Esse ministério não é criação da comunidade. Foi instituído por Deus mesmo (cf. CA V). Certamente, o ministério foi confiado à comunidade. Ela o deve gerir. Mas isso significa, antes de mais nada, que ela deve convocar pessoas idôneas para o exercício dessa função específica. O artigo XIV da Confissão de Augsburgue estabelece que “ninguém deve publicamente ensinar na igreja a menos que seja legitimamente chamado”. Como entender o lado-a-lado de sacerdócio da comunidade e ministério de pessoas convocadas?

O ministério se distingue do sacerdócio pela convocação e pelo âmbito da atuação, que é público. Apesar de todas as prerrogativas, o sacerdócio não é um ministério. É um *status*, uma função, atividade, mas não um “encargo oficial”. O ministério precisa de “credenciais”, implícitas na convocação, respectivamente ordenação. Não se trata da concessão de um mandato democrático. Pois a autoridade do ministério não emana do povo, e sim da palavra de Deus, o que garante a liberdade dos ministros frente à comunidade. Esta, por sua vez, não fica isenta de responsabilidade. Cabe-lhe “controlar” a pregação da palavra de Deus e a prática dos sacramentos. A comunidade continua tendo uma eminente tarefa teológica.

Com essa concepção, o luteranismo novamente se move entre duas frentes: se a autoridade se concentrar exclusivamente na mão do ministério, o resultado será a dominação episcopal e pastoral na comunidade. A Igreja luterana, com

boas razões, reprovando o magistério infalível de uma instância central. Não pode desincumbir a comunidade do sacerdócio. Mas também esta não pode monopolizar a autoridade. O resultado seria o congregacionalismo, com a permanente ameaça de instalar a “ditadura de baixo”. A palavra de Deus estaria sujeita à manipulação humana, podendo facilmente sucumbir a interesses muito dúbios.

A cooperação entre ministério e comunidade, e mesmo a tensão entre ambos, são próprias da concepção luterana de Igreja. Há que se admitir que, não raro, a balança se desequilibra para um dos lados. Ou o ministério asfixia o sacerdócio de todos os crentes, ou a comunidade estrangula o desempenho do ministério. De momento, o primeiro destes perigos parece predominar na IECLB. De qualquer forma, reside aí o desafio eclesiológico luterano. Tenta evitar tirania na Igreja mediante a responsabilização integral tanto da comunidade quanto do ministério pela condução da causa do evangelho.

3. Como se relacionam unidade e diversidade na comunidade? Diz a Confissão de Augsburgo (Art. VII) que “para a verdadeira unidade da Igreja basta que haja acordo quanto à doutrina do evangelho e a administração dos sacramentos. Não é necessário que as tradições humanas ou ritos e cerimônias instituídos pelos homens sejam semelhantes em toda a parte.” Isto significa:

a. A Igreja precisa de um consenso fundamental no que diz respeito ao conteúdo da fé. Para Lutero, esta base consensual indispensável é o artigo da justificação por graça e fé. Aqui não há como recuar ou fazer concessões (assim especialmente nos Artigos de Esmalcalde). Convém sublinhar que esse tópico não representa um entre outros, mas sim a chave para a compreensão do evangelho em seu todo. Conseqüentemente, um acordo na compreensão da justificação por graça e fé deveria ser suficiente para chegar a outros consensos dogmáticos e éticos. É uma questão a ser testada de caso a caso. O luteranismo, por natureza, não é casuístico ou dogmatista. Busca a unidade a partir da gratuidade da salvação, expurgando somente aquilo que conflitar com este princípio. Por isso, a unidade não é algo que se possa alcançar de uma vez para sempre, enquanto persiste a peregrinação da Igreja nesta terra. Ela precisa ser conseguida sempre de novo mediante exame crítico das expressões religiosas, ou seja mediante o “discernimento dos espíritos”. O esforço por consenso na doutrina e, por conseguinte, também na prática está implantado na Igreja luterana como compromisso comunitário e ecumênico.

b. Se não é nada humano o que fundamenta a Igreja, e sim a obra de Deus, abrem-se as portas para, em cima do consenso fundamental, acolher grande variedade de manifestações da fé. Na exclusividade da graça, na qual o luteranismo insiste, está embutida a sua universalidade. A Igreja se compõe de “judeus e gregos, escravos e libertos, homens e mulheres” (cf. Gl 3.28) e de ainda muitas outras pessoas diferentes entre si, mas uma em Cristo. Sob este prisma, unidade é um conceito dinâmico. Não permite ser confundido com homogeneidade ou uniformidade. Unidade é a comunhão do diferente que aprende a conviver no mesmo Espírito, tolerando-se no amor e arriscando a aprendizagem conjunta

através da permuta dos dons e do enriquecimento mútuo pelos “talentos” próprios de cada qual. A figura ecumênica da diversidade reconciliada se aplica ao conceito da própria comunidade evangélica.

Em nossos dias, a pluralidade explode. Inspira temor e estimula tendências a um crescente fechamento das instituições. Perguntamos se, do ponto de vista luterano, se justifica fazer coro com essas reações e se são compatíveis com o evangelho. A comunidade de confissão luterana deveria enfrentar o mundo plural da atualidade com outra postura.

IV — Em Busca de um Novo Paradigma Comunitário

A comunidade tradicional da IECLB precisa “modernizar-se”. Deve achar a forma adequada à sua identidade e às exigências impostas pela realidade social. As reflexões acima, assim nos parece, convergem nos seguintes imperativos:

1. Urge *reativar o sacerdócio* dos crentes, tendo-se em mira a comunidade adulta, capaz de “avaliar doutrina”, conforme Lutero quis. Seria uma ilusão pretender a transformação de todos os membros em especialistas em teologia. Importante é o membro motivado, consciente, imune às seduções religiosas de fora e capaz de responsabilizar a sua fé. Conseqüentemente, a comunidade vai ter que investir na formação religiosa de seus membros e na abertura de espaços para a participação. O discurso teológico deve se adaptar a isso. Exige proximidade com a vida real, com as perguntas de hoje, com o dia-a-dia das pessoas. O leigo precisa assumir seu sacerdócio. Na IECLB, infelizmente, o ministério atrofiou a missão da comunidade. Este juízo certamente não permite ser generalizado, mas reproduz alguma verdade. Tal atrofiamento é teologicamente ilegítimo e altamente imprudente numa sociedade zelosa da autodeterminação individual. A comunidade evangélica não necessita de “freguesia”. Esta é sempre um grupo inconstante e de mero consumo. A comunidade precisa de membros no sentido pleno da palavra.

2. Urge *romper as cercas* que a comunidade evangélica ergueu em torno de si. Se é verdade que a graça de Deus fundamenta a comunidade, por que há tantos entraves para a filiação de gente que não comunga a mesma origem étnica, a mesma classe social, o mesmo nível cultural? A padronização do “estilo de vida” de uma comunidade redundava em exclusão das pessoas que nela não se sentem em casa nem encontram espaço. Onde estão, por exemplo, os jovens, os intelectuais, os negros luteranos? A comunidade evangélica precisa arriscar variedade, abrir suas portas e convidar à participação. Caso contrário, seus templos acabarão vazios, e o pequeno grupo que sobrar estará ameaçado de submergir em absoluta inexpressividade.

3. Urge *diversificar os serviços* e dirigir a atenção conscientemente a grupos, segmentos e setores específicos, como, por exemplo, de operários, agricultores, mulheres, universitários e outros. Também os movimentos se inserem

aqui. Devem ter reservado seu espaço. A comunidade precisa de movimentos, embora ela mesma não deva se constituir como tal. Se o fizesse, estaria obrigada a assumir os mecanismos de exclusão característicos de todos os movimentos de algum perfil. É função da comunidade unir a diversidade própria do corpo de Cristo. Isto, não pelos métodos da exclusão, e sim da integração e cooperação.

Para tanto, é premissa que a alteridade das pessoas seja respeitada, e variedade seja bem-vinda. Não defendemos a renúncia à maneira luterana de ser. Estamos também conscientes da impossibilidade de uma só expressão da fé abranger o universo humano em seu todo. Pretensão semelhante teria por preço a total indefinição da proposta. No entanto, a comunidade não vai fugir da necessidade de particularizar a mensagem e direcionar sua ação conforme o grupo destinatário. Há múltiplas necessidades a serem atendidas e há realidades para as quais a Igreja ainda pouco se sensibilizou. Sem, porém, alcançar as pessoas em seu mundo específico, o testemunho perde força e estará prejudicada a tarefa profética da comunidade. O mundo será atingido somente através das pessoas que o vivem concretamente no cotidiano. Seja também enfatizado, neste contexto, que importa valorizar, bem mais do que acontece, o lado emocional do ser humano. Uma injeção de pentecostalismo no luteranismo (e vice-versa?) certamente terá efeitos benéficos.

Em síntese, visualizamos uma comunidade aberta, mas não indefinida; multiatuante, mas não dispersiva; participativa, mas não confusa. A este objetivo parece adequar-se o que podemos chamar de “comunidade de grupos”, de núcleos ou de pastorais. O modelo não é novo. Mas importa desenvolvê-lo e exaurir seu potencial. A seguir, tentaremos desdobrar suas características, seus aspectos e suas implicações:

1. Já sempre houve grupos na comunidade, formados pelo critério da faixa etária (crianças, jovens, idosos), do sexo (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, Legião Evangélica de homens) ou de tarefas especiais (corais, presbitérios, etc.). Os grupos ramificam a comunidade, engajam pessoas e lhes oferecem a chance de viver comunhão cristã concreta. Todo grupo é, a um só tempo, sujeito e objeto de evangelização.

Em nossa sociedade, a necessidade de operar com e em grupos se acentua. Por um lado, porque crescem as divisões. O trabalho exige mais e mais especialistas. Polarizam-se riqueza e pobreza, centro e periferia, cidade e campo. Simultaneamente, despertam as consciências de culturas, setores e segmentos oprimidos. Desencadeiam-se movimentos de emancipação. Outro fator é o sistema democrático que oportuniza a livre opção em termos éticos, ideológicos e religiosos, estampando na sociedade a marca da variedade e da concorrência das propostas. Considerando-se, finalmente, o anonimato dos centros urbanos, a super-oferta no mercado da diversão, as distâncias, o cansaço, a dispersão dos membros evangélicos, tem-se mais ou menos uma idéia do complexo quadro em que a comunhão evangélica precisa tomar corpo. Haverá melhor caminho do que a formação de núcleos, grupos ou pastorais?

Onde há grupos atuando, há vida, e a comunidade costuma estar em ritmo de avanço e expansão. Grupos mobilizam a comunidade, forjam identidade eclesial e irradiam a mensagem. São ágeis, correspondendo bem mais a uma Igreja em peregrinação do que a uma Igreja “assentada”. A comunidade evangélica no Brasil de hoje deve, para cumprir sua missão e atuar como fermento na sociedade, multiplicar seus grupos. Os critérios para sua composição podem ser os mais variados, obedecendo a urgências práticas (p. ex.: grupos de visitação), realidades geográficas (p. ex.: núcleos de bairro), expectativas pastorais (p. ex.: grupos de casais), categorias profissionais (p. ex.: grupo de professores), faixas etárias (p. ex.: grupos de juventude) e outros. A formação de grupos se utiliza de afinidades existentes para acolher, ampliar e aprofundá-las no confronto com o evangelho.

Os grupos aqui preconizados, porém, vão distinguir-se em alguns aspectos dos tradicionalmente existentes. Novamente, as principais razões são fatores circunstanciais: os grupos na comunidade de hoje requerem um espaço de autonomia. Não se trata de levar a comunidade aos grupos, e sim de acolher os grupos na comunidade. A mudança de perspectiva faz alguma diferença. Implica aguda atenção ao mundo de vivência das pessoas. É por isso que se fala em “pastorais”. Mas a terminologia é secundária. Importante é que, juntamente com a constituição de determinado grupo, seja facilitado o encontro do respectivo mundo das pessoas com o evangelho e que esse encontro seja trabalhado, agüentado e convertido em comunhão eclesial. Os grupos introduzem o mundo na comunidade, e esta é desafiada a vencer o mundo pela fé (1 Jo 5.4).

2. A soma dos grupos, porém, não faz a comunidade. Pelo contrário, há neles uma força de desagregação, de isolamento e introversão. É típico do ser humano absolutizar a si próprio e o grupo a que pertence. Essa força pode dilacerar a comunidade e pode ser neutralizada apenas pelo decidido empenho por integração. Os grupos precisam de oportunidades para interagir, para intercambiar experiências, concelebrar. Ao encontro no círculo menor deve corresponder o encontro na comunhão maior. Aliás, valeria a pena refletir sobre a função psicológica das concentrações de massa no ambiente anônimo e despersonalizante da realidade urbana. De qualquer maneira, deve-se tomar cuidado para que os grupos na comunidade não permaneçam estanques e se enclausurem em si.

Para evitá-lo, o culto dominical oferece excelente oportunidade. Nele os grupos deveriam aparecer, poder articular-se e, simultaneamente, sentir-se como membros da Igreja maior de Jesus Cristo. Nesta celebração, a Santa Ceia será de particular significado. Aos cultos, porém, devem associar-se outras programações. O planejamento e a coordenação das atividades grupais são fundamentais. Poderão ser agendados encontros periódicos de grupos, estudos bíblicos conjuntos, cooperação em projetos. Os “Dias da Igreja”, enfim, coroariam a visível documentação da unidade da comunidade.

3. O sucesso desse paradigma comunitário obviamente se condiciona a algumas premissas, dignas de serem refletidas:

a. Na comunidade de grupos, há que ser exercitada tolerância em grau superior ao usual. A convivência da diversidade desafiará a comunhão e requerá dela a demonstração do amor capaz de não se escandalizar com a diferença. Tradicionalmente, não tem sido este o lado forte do protestantismo. Costumava resolver suas divergências e sua desunião pelo fracionamento. Uma comunidade que se arrisca a admitir grupos terá que ampliar os horizontes do legítimo e primar por um espírito inclusivo. Certamente não poderá transformar a tolerância em permissividade, pois o evangelho estabelece limites da comunhão. Nem tudo cabe na comunidade evangélica. No entanto, o princípio de “tradições humanas” não serem constitutivas da comunidade cristã ensina outra visão e outro manejo da diversidade. Na comunidade de Cristo, os grupos são chamados não à polêmica mútua ou ao isolamento, e sim à cooperação.

b. Essa cooperação exige um bom trabalho de planejamento, que compete ao presbitério em comum acordo com as respectivas lideranças. Este órgão, pois, terá suas responsabilidades aumentadas. É também o foro a acompanhar a execução da missão da comunidade e a solicitar prestação de contas do empenho.

c. Os grupos, para seu bom funcionamento, necessitam de lideranças “leigas”. É impossível o pastor ou a pastora querer dirigi-los. Grupos oportunizam a articulação do sacerdócio numa área específica. Urge definir essas áreas e conseguir as lideranças respectivas, devendo-se cuidar para providenciar alguma formação às mesmas e o devido credenciamento, mesmo que a função seja exercida apenas por período limitado na esfera de uma comunidade. A IECLB se ressentida da falta de lideranças leigas. Isto, não devido à carência de pessoas dispostas a se engajar. O que inibe a pessoa leiga é a indefinição de campo de atuação. Os grupos na comunidade podem suprir este déficit.

d. Muda, de alguma forma, também a atribuição do pastor ou da pastora. Não é chefe da comunidade nem executivo, e sim, muito mais, coordenador, assessor, “pastor”. Sua tarefa não consiste em conduzir um grupo à posição hegemônica. Cabe-lhe expressamente unir a comunidade, e isto em estreita corresponsabilidade com o presbitério. Exige-se dele ou dela competência teológica, capacidade administrativa e poimênica. Diversidade normalmente provoca tensões. Elas precisam ser trabalhadas. O pastor, além de atuar especificamente na área do culto e dos ofícios, deverá ser capaz de tratar conflitos, fornecer subsídios teológicos aos grupos e dar acompanhamento pastoral às pessoas. Pergunta-se se o ministério pastoral, dessa maneira, não poderá recuperar algo de sua autêntica identidade, soterrada, às vezes, sob os escombros de compromissos muito alheios à sua vocação.

e. Algo semelhante vale para os demais ministérios ordenados na IECLB. Seus titulares igualmente devem ter suas atividades pautadas pelo espírito comunitário, não grupal. Cabe-lhes a coordenação nas áreas diaconal e catequética e o impulso aos respectivos grupos. Sua atuação assegura a equivalência de testemunho, ensino e serviço na Igreja e expressa a divisão de trabalho no exercício do abrangente ministério eclesialístico.

f. Finalmente, uma palavra quanto às finanças. O aperto vivido pela IECLB naturalmente tem sua causa principal na desordem econômica reinante no País. Todavia, esta não é toda a verdade. Pois o referido aperto é também decorrência da crise da comunidade tradicional. Em alguns casos, se constata que os grupos e os movimentos vão bem, mas a comunidade vai mal. É mais fácil mobilizar recursos para grupos do que para a instituição eclesiástica. A pergunta é até que ponto os próprios grupos devem ser desafiados a contribuir para a comunidade que lhes oferece o teto organizacional. Será justo que a participação nos grupos preveja apenas arrecadação para fins próprios, não para a Igreja maior? É um assunto a ser discutido à parte.

Chegamos ao fim, submetendo a proposta apresentada, carente de especificação em muitos detalhes, à avaliação dos leitores e das leitoras. Ela se inspira, como já foi dito, em exemplos exitosos na IECLB, a serem divulgados e imitados. A vantagem do paradigma consiste também no fato de sua introdução poder ser gradativa, lenta, cuidadosa. Não requer ruptura, mas adaptações. Distribui encargos, reparte responsabilidades, abre espaços, possibilita maior irradiação. Naturalmente, o modelo tem também o seu preço. Mas é um preço que — assim supomos — é pago por mais vida e mais eficácia no cumprimento da missão.

Bibliografia (Seleção)

- 1 ROLOFF, J. et al. Art. Gemeinde/Gemeindeaufbau. In: *Evangelisches Kirchenlexikon*. 3. ed. Göttingen, 1989. vol. 2, cols. 46s.
- 2 MÍGUEZ BONINO, J. *A Fé em Busca de Eficácia*. São Leopoldo, 1987.
- 3 GLOEGE, G. Volkskirche, Freikirche oder Bekenntniskirche? In: *Theologische Traktate*. Göttingen, 1967. vol. 1, pp. 209s.
- 4 ROHLS, J. Das geistliche Amt in der reformatorischen Theologie. *Kerygma und Dogma*, 31:135ss., 1985.
- 5 *Confissão de Augsburg, 1530-1980*. São Leopoldo, 1980.
- 6 STRECK, D. Comunidades Eclesiais de Base: Mito e Realidade. *Estudos Teológicos*, 32:287ss., 1992.
- 7 HOCH, L. O Ministério dos Leigos: Genealogia de um Atrofiamento. *Estudos Teológicos*, 30:256ss., 1990.
- 8 DREHER, M. A Concepção Luterana do Ministério Eclesiástico. *Estudos Teológicos*, 23:231ss., 1983.
- 9 HIRSCH, E. *Hilfsbuch zum Studium der Dogmatik*. Berlin, 1958.
- 10 PINOMAA, L. *Sieg des Glaubens*; Grundlinien der Theologie Luthers. Göttingen, 1964.
- 11 BOFF, L. *E a Igreja Se Fez Povo*. 2. ed. Petrópolis, 1986.
- 12 *Comunidades Eclesiais de Base: uma Igreja que Nasce do Povo*. Petrópolis, 1975.
- 13 STEUERNAGEL, V. *A Igreja rumo ao Ano 2000*. Belo Horizonte, 1991.
- 14 AMMER, H. et al. *Handbuch der Praktischen Theologie*. Berlin, 1978. vol. I, pp. 57ss.
- 15 BOBSIN, O. Luteranos — Migração, Urbanização e Proletarização. *Estudos Teológicos*, 29:207ss., 1989.
- 16 BERGER, P. L. Die Christen und der Pluralismus. *Lutherische Monatshefte*, 12:12ss., 1993.

- 17 MOHAUPT, L. Modernisierungsvorschläge für die Kirche. *Evangelische Kommentare*, 4:220ss., 1994.
- 18 TRACK, J.: Kirche in der Welt zu Hause. *Nachrichten der Evang.-Lutherischen Kirche in Bayern*, 48:81ss., 1993.
- 19 MOTA DIAS, Z. et al. Novos Jeitos de Ser Igreja. *Tempo e Presença*, 209, 1986.
- 20 PEDROSO MATEUS, O. Caminhos da Unidade. *Tempo e Presença*, 235, 1988, pp. 14ss.
- 21 SANTA ANA, J. de. Em favor de um Ecumenismo Integral. *Tempo e Presença*, 271, 1992, pp. 21ss.
- 22 ALTHAUS, P. *Die Theologie Martin Luthers*. Gütersloh, 1962.
- 23 IWAND, H. J. *Luthers Theologie*. München, 1974 (Nachgelassene Werke, 5).
- 24 PRENTER, R. *Schöpfung und Erlösung*. Göttingen, 1960.
- 25 SCHLINK, E. *Theologie der lutherischen Bekenntnisschriften*. München, 1948.
- 26 WEBER, O. Die Erneuerung des gemeinsamen Diensts der Kirche. In: —. *Gesammelte Aufsätze*. Neukirchen, 1967. vol. 1, pp. 171ss.
- 27 *Livro de Concórdia*. São Leopoldo, 1993.

Gottfried Brakemeier
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Rua Senhor dos Passos, 202 — 4º andar
90020-180 Porto Alegre — RS